

**DIGNÍSSIMO (A) SENHOR (A) PREGOEIRO (A) OFICIAL DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA – ESTADO DE SANTA CATARINA.**

## **PREGÃO PRESENCIAL Nº 003/2022**

**ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA.** pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.063.653/0010-24, com sede na Rua José Semes nº 17680, bairro Itália em São José dos Pinhais, Estado do Paraná, através de sua representante legal e Procuradora, Sr.<sup>a</sup> **NÍVEA MARIA GUISSO GUIA** (cópias do Contrato Social e Alterações e Instrumento de mandato, anexos), vem, com urbanidade e respeito, perante Vossa Senhoria, com fulcro no artigo 41 da lei n.º 8.666/93, bem como demais dispositivos legais aplicáveis ao caso, apresentar:

---

### **IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

---

fazendo-o com base nos fatos e fundamentos a seguir deduzidos:

#### **(I) TEMPESTIVIDADE**

A presente impugnação é tempestiva. A licitação, na modalidade Pregão Presencial, tipo Menor Preço, ocorrerá no próximo dia **23 de fevereiro de 2022**, às 08h00min, de modo que resta cumprido o disposto no § 2º do art. 41 da Lei 8.666/93:



[engepecas.com.br](http://engepecas.com.br)

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050

*Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.*

(...)

*§ 2º Decairá do direito de impugnar os termos do edital de licitação perante a administração o licitante que não o fizer até o segundo dia útil que anteceder a abertura dos envelopes de habilitação em concorrência, a abertura dos envelopes com as propostas em convite, tomada de preços ou concurso, ou a realização de leilão, as falhas ou irregularidades que viciaram esse edital, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso.*

Reforçando a letra da Lei citada, o Decreto Federal nº 5.450/05 delimita o tema da seguinte forma:

*Art. 18. Até dois dias úteis antes da data fixada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar o ato convocatório do pregão, na forma eletrônica.*

De acordo com o edital licitatório, a abertura da sessão pública do pregão irá ocorrer no dia **23 de fevereiro de 2022, às 08h00min** - horário de Brasília/DF, ou seja, 2 (dois) dias antes do recebimento da presente impugnação, sendo assim, é TEMPESTIVA a presente impugnação.

## **(II) DAS RAZÕES DE IMPUGNAÇÃO**

### **(a) DO EDITAL – REQUISITOS – NULIDADE**

O Edital é a lei interna do procedimento licitatório, o qual possui a finalidade de vincular as partes envolvidas no certame licitatório, quais sejam, o Poder Público e os interessados na licitação.

Neste ato administrativo composto, devem ser fixadas as condições de realização do certame licitatório, sendo inquestionável que a Administração deve exigir/decidir em conformidade com suas cláusulas, objetivando a participação dos interessados na licitação de forma isonômica.



[engepecas.com.br](http://engepecas.com.br)

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050

As exigências editalícias em relação ao lote/item nº 01 – **Retroescavadeira** configura-se como discriminação em relação à empresa impugnante e também a outras empresas, conforme mais abaixo ficará demonstrado, ofendendo regras básicas da licitação, em especial a regra prevista no artigo 3º, § 2º da lei 8.666 de 1993, bem como o da isonomia ou da igualdade entre os licitantes, conforme argumentação a seguir.

Pois bem, no presente caso, **verifica-se de forma incontestável** que para o lote/item nº 01 – **Retroescavadeira**, exigiu-se o presente Edital, que além dos requisitos mínimos para o bom funcionamento do equipamento licitado, que o equipamento possuísse, conforme **ANEXO I – Termo de Referência**, página 15 do referido Edital de Pregão Presencial nº 003/2022, item como: **direção hidrostática**, ou seja, exigência esta que desclassificaria a ora impugnante e demais empresas concorrentes fornecedoras desse tipo de equipamento, conforme ficará demonstrado nesta impugnação.

Abaixo demonstramos através do quadro comparativo que comprovam a exigência mínima que desclassificam injustamente esta impugnante e outras empresas que poderiam estar oferecendo seus equipamentos:

### **RETROESCAVADEIRA – JCB 3CX**

<b>Exigências Edital</b>	<b>Nossa máquina</b>
<b><u>Direção Hidrostática</u></b>	<b><u>Direção Hidráulica</u></b>

Das exigências mínimas impostas no edital de Pregão Presencial temos que uma das diferenças entre a exigência deste r. Município, e da máquina que poderá ser oferecida pela ora impugnante, é em relação ao tipo de direção, como alhures já demonstrado.

A exigência editalícia requer que o equipamento seja fornecido com uma **direção hidrostática**, entretanto, o equipamento que poderá ser fornecido, é equipado com **direção hidráulica**.



Veja-se que em relação a funcionalidade do equipamento, tais diferenças na prática não alteram em nada a funcionalidade da máquina, sendo somente que um tende a ser mais oneroso quando se trata de manutenção.

Deixando o edital com a exigência de um equipamento com direção somente de forma hidrostática, certamente encareceria muito o valor do equipamento, em relação ao equipamento com direção hidráulica, ou seja, poderia a proponente oferecer equipamento com a mesma finalidade, para realização dos mesmos trabalhos, com custo bem reduzido em comparação aos equipamentos de direção hidrostática.

Além do mais, restringindo o tipo de direção somente da forma hidrostática, é certo que a grande maioria das empresas fabricantes de Retroscavadeiras, estariam impedidas de participarem do referido pregão, pois não atenderiam a esta exigência específica.

Veja-se que geralmente uma máquina equipada com uma direção hidrostática, possui bomba de fluxo variável que alimentam, motores hidráulicos, ou seja, muito mais complicados e com custo maior para uma possível manutenção, do que um equipamento com direção hidráulica.

Já o equipamento que poderá ser oferecido pela ora impugnante, que se trata de uma **Retroscavadeira marca JCB – modelo 3CX**, possui um sistema de direção hidráulica utilizando assim uma bomba hidráulica principal com válvula de prioridade, onde no caso de existir qualquer falha do motor, a direção é preservada, oferecendo desta forma uma maior segurança tanto para o operador da máquina, quanto para a própria operação desenvolvida.

Ou seja, além da diferença do equipamento oferecido pela ora impugnante não prejudicar em nada o serviço desenvolvido pelo equipamento, podendo ser considerado este equipamento melhor do que o pretendido, não fazendo ainda diferença na operacionalidade quando em serviços, pode-se considerar que o fator aqui principal, seria somente em relação a restrição na participação da empresa impugnante por não atender este requisito.



Assim, seja pela insignificância da diferença, seja pela superioridade do equipamento da impugnante, requer-se que seja adequada as características mínimas, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante participar do certame, passando a constar como requisito mínimo no **ANEXO I – Termo de Referência**, página 15 do referido Edital de Pregão Presencial nº 003/2022, para o lote/item n.º 1 – Retroescavadeira: **Direção Hidráulica** ou *Hidroestática*, a fim de que ao final possa o equipamento da Impugnante e de outras empresas participarem deste certame, ou que seja retirada tal exigência do referido Edital.

---

Conforme esclarece o i. Doutrinador Marçal Justen Filho, a qualificação técnica “em termos sumários, consiste no domínio de conhecimentos e habilidades teóricas e práticas para execução do objeto a ser contratado”.

E com o advento da Lei n.º 8.666/93, o legislador buscou evitar que exigências formais e desnecessárias acerca da qualificação técnica constituam-se em instrumento de indevida restrição à liberdade de participação em licitação. E é evidente que com a exigência acima descrita no Edital ora impugnado, para o lote mencionado, há clara restrição à liberdade de participação por este e por outros licitantes.

Ora, analisando-se então o item em questão, nota-se que há evidente teor discriminatório no que se refere a esta exigência, não só da empresa impugnante, mas sim com várias empresas que poderiam estar participando deste Pregão Presencial!

Assim, seja pela insignificância da diferença apontada, seja pela absoluta igualdade de operação dos equipamentos, requer-se que seja adequada as características mínimas atacadas, a fim de que ao final possam os equipamentos da Impugnante participar deste certame. O lote mencionado evidencia especificação excessiva, irrelevante ou desnecessárias, limitando a competição, o que não se admite por contrariar a Lei n.º 10.520/02.

Vejamos análises de casos de direcionamento de licitação feitas pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo:



Ementa: AGRAVO DE INSTRUMENTO. Ação civil pública. Improbidade administrativa. Licitações. Direcionamento à vencedora. Inicial recebida corretamente. Cabimento da ação civil pública para invalidação dos atos de improbidade que afrontam a coisa pública e os princípios retores do sistema jurídico, tendo como um de seus objetivos a preservação da higidez da Administração Pública. Prescrição não caracterizada, sendo imprescritível a pretensão de ressarcimento dos danos causados ao erário, nos termos do artigo 37, § 5º, da Carta Constitucional. Decisão recorrida mantida por seus próprios fundamentos. Recurso não provido. (0271750-64.2012.8.26.0000 Agravo de Instrumento - Visualizar Inteiro Teor - Relator(a): Oswaldo Luiz Palu - Comarca: Pacaembu - Órgão julgador: 9ª Câmara de Direito Público - Data do julgamento: 08/05/2013 - Data de registro: 08/05/2013 - Outros números: 2717506420128260000

Ora, o bem ofertado pela empresa impugnante preenche todos os requisitos indicados no Edital, exceto a exigência que é extremamente específica, que se revela ilegal e discriminatória.

Inclusive, o preço apresentado pela ora impugnante é extremamente vantajosa ao Município, não havendo razões para não participar do certame, notadamente por não apresentar especificações que podem ser apresentadas por determinado fabricante.

Convalidando esta breve argumentação temos que o artigo 3º da Lei de Licitações, lei n.º 8.666/93, prevê que a licitação deve observar os princípios constitucionais da isonomia e selecionar a proposta mais vantajosa para a Administração, *in verbis*:

Art. 3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos.

§ 1º É vedado aos agentes públicos:



engepecas.com.br

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCADEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050

*I - admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo, inclusive nos casos de sociedades cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato, ressalvado o disposto nos §§ 5º a 12 deste artigo e no art. 3º da Lei no 8.248, de 23 de outubro de 1991;*

*II - estabelecer tratamento diferenciado de natureza comercial, legal, trabalhista, previdenciária ou qualquer outra, entre empresas brasileiras e estrangeiras, inclusive no que se refere a moeda, modalidade e local de pagamentos, mesmo quando envolvidos financiamentos de agências internacionais, ressalvado o disposto no parágrafo seguinte e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991. (...)*

Em comentários ao dispositivo acima, o professor Joel de Menezes de Niebuhr dispõe:

*“é concreção direta da proposição isonômica, que não admite discriminações fundadas em critério desarrazoado (princípio da razoabilidade), logo, concernentes à naturalidade, sede ou domicílio dos licitantes. **É certo que a isonomia estende a igualdade a todos os brasileiros e estrangeiros: portanto, não importa de onde provenha, mas o que de vantajoso pode oferecer à Administração Pública.**” (NIEBUHR, Joel de Menezes. Princípio da Isonomia na Licitação Pública. Florianópolis: Obra Jurídica, 2000. p. 114).*

Portanto, resta evidente que o artigo 3º e seu §1º da Lei 8.666/93, visa garantir à administração a proposta mais vantajosa, que no caso deve atender ao melhor preço, sendo que a máquina fabricada pela ora impugnante, e também por outras licitantes, atendem igualmente o Município, restando evidente que a decisão deveria ser pelo menor preço e não por requisitos específicos.

Dessa forma, não compete à Administração promover proteção exigências discriminatórias, **uma vez que o foco do certame licitatório deve ser sempre o interesse público.**



engepecas.com.br

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050



Ademais, em se tratando de licitação do tipo “Menor Preço”, como é o presente certame ora impugnado, os § 2º e 3º do art. 45 da Lei 8.666/93 expressamente dispõe que o equipamento de menor preço deverá ser fornecido ao Município:

*Art. 45. O julgamento das propostas será objetivo, devendo a Comissão de licitação ou o responsável pelo convite realizá-lo em conformidade com os tipos de licitação, os critérios previamente estabelecidos no ato convocatório e de acordo com os fatores exclusivamente nele referidos, de maneira a possibilitar sua aferição pelos licitantes e pelos órgãos de controle.*

*§ 1º Para os efeitos deste artigo, constituem tipos de licitação, exceto na modalidade concurso:*

**I - a de menor preço - quando o critério de seleção da proposta mais vantajosa para a Administração determinar que será vencedor o licitante que apresentar a proposta de acordo com as especificações do edital ou convite e ofertar o menor preço;**

*§ 2º No caso de empate entre duas ou mais propostas, e após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º desta Lei, a classificação se fará, obrigatoriamente, por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.*

*§ 3º No caso da licitação do tipo menor preço, entre os licitantes considerados qualificados a classificação se fará pela ordem crescente dos preços propostos e aceitáveis, prevalecendo, no caso de empate, exclusivamente o critério previsto no parágrafo anterior.*

Essencial registrar ainda que a regra do art. 3º, § 1º, I, da Lei de Licitações visa impedir cláusulas discriminatórias que venham a comprometer o caráter competitivo do procedimento, assim definidas por Hely Lopes Meirelles:

*“(…) cláusulas manifestamente discriminatórias, passíveis de invalidação judicial, as que exigem anterior execução de obra ou serviço idêntico no órgão ou na entidade licitadora; as que exigem registro prévio no órgão ou entidade licitadora para a participação em suas concorrências (não confundir com tomadas de preços); as que exigem sede ou filial da empresa (não confundir com preposto) no Estado, no Município ou na localidade em que se realizará a licitação, a obra ou o serviço; as que exigem requisitos estranhos ou impertinentes ao objeto da licitação; as que exigem capital, patrimônio ou caução da empresa em desproporção com o valor do objeto da licitação (Estatuto, arts. 32, §§ 3º e 6º, e 46, §§ 2º e 4º); as que exigem prova*



engepecas.com.br

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050



*de execução de obra ou serviço idêntico anterior maior do que o da licitação; as que descrevem o objeto da licitação com as características de um só produtor ou fornecedor; as que deixam o julgamento ou o desempate ao juízo subjetivo da comissão julgadora ou de autoridade superior; enfim, as que visam a excluir determinados interessados ou a conduzir a uma escolha prefixada” (In Licitação e Contrato Administrativo, Revista dos Tribunais, p. 25)*

Dessa forma, *devem ser revistas e até mesmo retirada do Edital a exigência/especificação prevista no ANEXO I – Termo de Referência, página 15 do referido Edital de Pregão Presencial nº 003/2022, para o lote/item n.º 1 – Retroescavadeira, para que o produto objeto desta licitação não possua, assim, as especificações desnecessárias e/ou irrelevantes.*

## **(b) OFENSA AOS ARTIGOS 5º E 37, INCISO XXI, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988.**

A partir de 1988 a licitação recebeu guarida constitucional, de observância obrigatória pela Administração Pública direta e indireta de todos os poderes da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

A obrigatoriedade de licitar é regra constitucional, apenas sendo dispensada ou inexistida nos casos expressamente previstos em Lei. Neste sentido prevê o disposto no artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal:

*Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte: (...)*

**XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.**



engepecas.com.br

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCADEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050

O procedimento licitatório foi concebido como procedimento prévio à celebração dos contratos pela Administração, em razão de dois princípios fundamentais:

*a) indisponibilidade do interesse público, que obriga o administrador público a buscar sempre, de forma impessoal, a contratação mais vantajosa para a Administração, e*

*b) igualdade dos administrados, que obriga que o administrador ofereça iguais oportunidades aos concorrentes (potenciais ou concretos) de virem a ser contratados com a Administração.*

Por sua vez, o art. 5º da Carta Magna estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, neste sentido:

**Art. 5º - Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes:**

(...)

Percebe-se que o direito de ser tratado com igualdade, por força constitucional, estende-se a todos os licitantes/fabricantes.

Portanto, todos podem participar de licitação, desenhando-se ilícita qualquer cláusula, contida em edital, que vise a excluí-los de licitação, como por exemplo itens que determine exigências que desqualifiquem a impugnante, qual pode apresentar equipamentos que atendam todas as necessidades deste Município.

### (III) DO PEDIDO

Diante do todo exposto que, **REQUER:**



[engepecas.com.br](http://engepecas.com.br)

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050

- a) Que seja recebida e provida a presente **IMPUGNAÇÃO**, alterando as exigências previstas no Edital de Pregão Presencial n.º 003/2022, aqui atacado e especificado, para que ao final o produto objeto da licitação não possua especificações que impeçam o impugnante e seus concorrentes de oferecerem seus equipamentos, devendo ser revisto todas as exigência mínimas alhures descritas, frente a disposição atacada, permitindo a participação do equipamento da empresa impugnante, porque patente o atendimento às exigências quanto às especificações técnicas, assistência técnica e reposição de peças e interesse coletivo da ampla participação no certamente, que traz grande economia e vantagem para o Ente Público.
- b) Frente a interposição tempestiva da presente impugnação, requer-se que a administração se manifeste no prazo de 1 (um) dia útil a contar do recebimento da presente, em conformidade com o artigo 41 e § 1º da lei 8.666 de 1993, do Edital de Pregão Presencial n.º 003/2022.
- c) Requer, finalmente, que o Edital desta licitação seja novamente publicado, em obediência ao disposto no § 4º do artigo 21 da Lei n. 8.666/93.

Pede deferimento

De São José dos Pinhais, PR para Anchieta, SC, em 16 de fevereiro de 2022.

**ENGEPEÇAS EQUIPAMENTOS LTDA.**

CNPJ sob n.º 05.063.653/0010-24

Nivea Maria Guisso Guia

CPF: 763.687.189-00/ RG: 4.364.550-1 SSP/PR

Sócia Administrativa



[engepecas.com.br](http://engepecas.com.br)

CURITIBA/PR  
(41) 3386-8100

CASCAVEL/PR  
(45) 3219-3000

PORTO ALEGRE/RS  
(51) 3357-7300

ITAJAÍ/SC  
(47) 3241-8600

CUIABÁ/MT  
(65) 3388-0100

BELO HORIZONTE/MG  
(31) 3439-1800

GOIÂNIA/GO  
(62) 3232-3400

CHAPECÓ/SC  
(49) 3358-9300

SÃO JOSÉ DOS PINHAIS/PR  
(41) 3386-8100

MARINGÁ/PR  
(44) 3123-0050